

# humanitas

**Vol. LXV**  
**2013**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

# QUANDO OS JESUÍTAS ERAM MESTRES DA PALAVRA. A RETÓRICA SEGUNDO A *RATIO STVDIORVM*\*

MARGARIDA MIRANDA  
Universidade de Coimbra

## Resumo

Através da análise da *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus, este estudo tem como objectivo descrever o ensino da Retórica nos Colégios dos Jesuítas, como ensino da *eloquentio perfecta* alcançada pela integração das suas cinco partes clássicas.

Quer os escritos doutrinários quer a produção retórica dos jesuítas testemunham uma retórica consciente da sua elevada relevância para a vida pública; não uma retórica acantonada na teorização académica, nem transformada em normas de argumentação escolar ou de teoria literária restrita, mas uma retórica plenamente consciente da sua utilidade social.

**Palavras-Chave:** Humanismo, Educação, Retórica, Oratória, *Ratio Studiorum*.

## Abstract

Drawing upon the *Ratio Studiorum* of the Society of Jesus, the article shows that Jesuit High Schools teaching of rhetoric aimed at the *eloquentia perfecta*, and that such goal was achieved by integrating the five parts of the classical rhetorical program.

Jesuit sources on Rhetoric attest the highly relevant role of rhetoric for public life. Far from being a merely academic exercise on the argumentation technique or on literary theory, the shape that Rhetoric takes in such sources is rather one where its social usefulness is consciously enhanced.

**Key-words:** Humanism, Education, Rhetoric, Oratory, *Ratio Studiorum*.

---

\* Texto proposto para publicação em Maio e aceite em 8 de Julho.

## 1. O ministério da instrução escolar

Uma das características da tradição escolar da Companhia de Jesus foi aliar a tradição universitária escolástica da filosofia natural, do pensamento aristotélico e da teologia tomista aos novos programas escolares dos humanistas italianos, que assentavam sobre o conhecimento das línguas antigas e a leitura dos clássicos.

Nascidos no meio das maiores controvérsias religiosas da Europa, os colégios dos Jesuítas são a expressão de uma Companhia de Jesus que compreendeu cedo os benefícios da instrução formal, quer para combater a heresia, na Europa, quer para transmitir a fé, nas missões. Não foi por acaso que uma das primeiras experiências escolares dos Jesuítas nasceu precisamente em Goa, longe da Europa. Aí criaram eles um dos primeiros estabelecimentos de ensino - uma espécie de seminário para cerca de 600 estudantes entre os 10 e os 20 anos, que aprendiam a ler e a escrever, em lições não só de catecismo como de *gramática*. Estávamos então em 1543 (John O'Malley 2003: 203), cinco anos antes da experiência pioneira de Messina (1548). Numa realidade tão remota como a de Goa, os missionários do Oriente reconheciam, como os jesuítas europeus e como os missionários do Brasil, as vantagens da instrução escolar para a transmissão da fé.

Quando o número de colégios aumentou, o ensino passou a ser universalmente codificado por um documento que regulava toda a actividade escolar dos Jesuítas, a *Ratio Studiorum*. As *Constituições* da Companhia de Jesus (Parte IV) já viam a instrução em letras como “meio de ajudar o próximo”<sup>1</sup>. Nelas se estabelecia o seguinte princípio: para levar *os homens ao fim último para o qual foram criados*, é necessário não só exemplaridade de vida mas também *doctrina*, isto é, instrução, conhecimento. Algumas décadas depois, a *Ratio* vinha como que cumprir o desígnio de *instrução* inscrito nas *Constituições*.

Para os educadores jesuítas, de tal forma o saber humanístico era imprescindível que eram muitos mais os colégios onde se ensinava a *gramática*, as *humanidades* e a *retórica* do que os colégios onde se podia estudar a filosofia

---

1 *Constituições* [307] 1. “O fim que a Companhia tem directamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim último para o qual foram criadas. Este fim, além de uma vida exemplar, exige a necessária doutrina e a maneira de a apresentar. Portanto, (...) devem-se procurar os graus de instrução e o modo de a utilizar para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor. Para isto a Companhia funda colégios e também algumas Universidade, onde os que (...) forem recebidos (...) se possam instruir (...)”. Cito a versão oficial em língua portuguesa.”

e a teologia. Ninguém prosseguiria para os estudos de filosofia ou de teologia sem antes obter aprovação em Humanidades e Retórica. Mesmo quando parecia urgente mais sacerdotes para administrar sacramentos, mais missionários para evangelizar, mais filósofos para ensinar nos colégios e universidades, mais teólogos para combater a heresia, o governo geral da Companhia decidia consumir o tempo e a escassez de recursos humanos lendo pagãos como Cícero e Ovídio, Séneca, Terêncio e Virgílio, contra a opinião de alguns responsáveis, para quem a juventude desperdiçava levemente o seu tempo.

A que correspondia, pois, esta retórica, que se impunha imprescindível e prioritária em relação a todos os saberes? Em que consistia esta retórica tornada universal e obrigatória, para clérigos e para leigos?

Em primeiro lugar, esta retórica era muito mais do que uma simples *matéria* ou uma disciplina, ou um conjunto de matérias. Por razões de economia circunscreverei este estudo apenas à formação retórica segundo a *Ratio* e só parcialmente abordarei os *De Arte Rhetorica Libri Tres* que a *Ratio* prescrevia – abdicando de outras fontes importantes, como seriam os documentos que precederam a *Ratio*, ou a variadíssima produção literária ligada à actividade académica dos colégios.

Após o estabelecimento da *Ratio Studiorum* na sua versão definitiva (em 1599, ao fim de cerca de meio século de revisões, e novas versões sucessivamente testadas e aperfeiçoadas), a organização do plano de estudos de cada colégio e restantes actividades escolares far-se-ia de acordo com as normas ali estabelecidas. Fosse qual fosse a nomenclatura das classes, no plano mental da Companhia, a gradação dos estudos procedia sempre no mesmo sentido: Gramática, Humanidades<sup>2</sup> e Retórica. Até quando nominalmente aparecia apenas o nome de *Gramática*, ou de *Latinidade* ou simplesmente *Latim*, o ordenamento de estudos desenhava aquele *crecendo*, que é o mesmo que se encontra na *Ratio Studiorum*. Ninguém passaria de uma classe a outra sem demonstrar a sua aptidão na classe inferior. Não seria possível obter o grau de Artes, ou outro, sem aprovação em Humanidades ou Retórica.

---

2 Nesta designação, ecoa o termo latino *humanitas* correspondente à noção grega de paideia, ou seja, *humanitas* entendida como cultura humanística, referindo-se simultaneamente à formação humana integral e ao processo que a ela conduzia. Por isso, o ciclo de Humanidades, que incluía o estudo da língua, literatura, poesia, história, geografia e retórica, combinava-se, por sua vez, com o estudo da matemática, lógica, ética, filosofia e ciências naturais, no ciclo das Artes. Formação completa era, para humanistas e para jesuítas, a via para o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo.

## 2. A Retórica, coroamento supremo dos saberes.

O primeiro aspecto a salientar neste *curriculum* é o lugar capital dos estudos de Retórica num programa de estudos interdisciplinar, que pretendia aliar as letras e a virtude (*virtus et litterae*), o afecto e intelecto, fé e razão. A Retórica da *Ratio* não é encarada como ‘técnica’, nem como ‘disciplina’, mas antes como integração dos saberes, alheia às barreiras tradicionais entre disciplinas. É uma retórica consciente dos laços entre eloquência e vida política, ou entre eloquência e vida cívica activa. Ora, o modelo de combinação da eloquência com a actividade política era a vida e obra de Cícero, objecto de estudo nas classes de Humanidades e Retórica.

Por outro lado, ler os autores pagãos e as *litterae humaniores* era apropriar-se de todo o património literário e filosófico greco-romano integralmente valorizado. A Retórica coroava um ciclo de estudos que percorria não apenas as línguas, a poesia e a oratória, mas também o teatro, a historiografia, a geografia e a filosofia da tradição pagã, tudo aquilo que constituía a cultura humanística. Unia à formação do orador não só a formação literária mas também a preparação na área da filosofia, da história e da ciência política, transformando a formação do orador na formação do perfeito homem de estado, capaz de intervir na *respublica*. Mas a maior consequência da leitura dos clássicos pagãos consistia em trazer a este modelo de educação o primado da palavra (a palavra falada e a palavra escrita) – considerada na sua dimensão estética mas principalmente na sua utilidade social, como instrumento de acção ao serviço da *res publica*.

A *Ratio Studiorum*<sup>3</sup> indica sistematicamente, em trinta capítulos, as funções e os deveres de cada autoridade académica, de cada mestre e seus alunos, de cada disciplina, de cada classe, de cada exercício, de cada actividade escolar, de cada hora do dia... Porém, para compreendermos o lugar da Retórica, não basta examinar simplesmente as regras relativas à classe de Retórica (*Ratio XVI*). Todos os graus de estudo convergiam, como veremos, para a aquisição da *eloquentia perfecta*.

---

3 Miranda, Margarida (ed.) (2009), *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus - Regime escolar e Curriculum de estudos*. Edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida Miranda. «*Ratio Studiorum*, um modelo pedagógico» por José Manuel Martins Lopes S.J., Lisboa, Esfera do Caos. Doravante simplesmente *Ratio*.

### 3. As classes de gramática ou a imitação de Cícero

A *eloquentia perfecta* começava com o estudo da Gramática, de acordo com a estrutura interna do Compêndio de Manuel Álvares (*De Institutione Grammatica Libri tres*, Coimbra 1572), cujas *partes* correspondiam às diversas *classes*. As aulas, porém, iam muito além daquilo que hoje entendemos por *gramática*.

Na classe inferior, as prelecções do mestre incidiam sobre gramática (com uma prelecção diária) e sobre Cícero (duas por dia), ou seja, privilegiando o contacto directo com os autores. *Gramática* era essencialmente a leitura e comentário dos autores<sup>4</sup>.

Na classe intermédia de Gramática, o convívio com os autores aumentava: o mestre continuava a fazer prelecções de Cícero e prelecções de gramática, mas estas alternavam com a prelecção de um poeta. “Para as prelecções, usar-se-ão exclusivamente as cartas de Cícero *Ad Familiares* e os poemas mais fáceis de Ovídio”. (*Ratio* XIX.1). Não é demais salientar a importância de Cícero, no programa de cada uma das classes de Gramática. Para as classes iniciais, a ‘prelecção de Cícero’ é objecto de regras próprias e só pontualmente ela dá lugar a outros autores, como se Cícero fosse o esteio fundamental ao qual se acrescentavam gradualmente outras leituras.

Na classe superior de Gramática, predomina Cícero (as cartas *Ad Familiares*, *Ad Atticum*, *Ad Quintum Fratrem*, mas também os tratados de filosofia moral, *De amicitia*, *De Senectute* e *Paradoxa Stoicorum*), aumentando porém o lugar para os poetas<sup>5</sup>: Ovídio, Catulo, Tibulo, Propércio e Virgílio.

A primazia de Cícero é evidente, por exemplo, no argumento das composições exigidas aos alunos. Na classe intermédia prescrevia-se apenas, de modo genérico, que o aluno tivesse em conta a aplicação das regras da

---

4 O contacto com os autores foi a razão pela qual, na Espanha e no México, os *De Institutione Grammatica Libri Tres* rivalizaram com a Gramática de Antonio Nebrija, imposta por privilégio real e, na Europa, suplantaram a mais famosa de todas, a Gramática de João Despautério (Jean van Pauteren), que em cerca de 400 edições votara ao esquecimento a difícil gramática medieval de Alexandre Villadei, que gozara de hegemonia durante quase todo o século XVI, sobretudo na França e na Bélgica.

5 “Dos poetas, no primeiro semestre, uma selecção de elegias e de epístolas de Ovídio, adaptadas. No outro semestre, poemas também escolhidos e expurgados, de Catulo, de Tibulo e de Propércio, e das *Éclogas* de Virgílio, ou então algum trecho mais fácil de Virgílio, como a *Geórgica* IV, ou o canto V e VII da *Eneida*...” (*Ratio*, XVIII.1).

sintaxe e a imitação de Cícero (XIX, 7)<sup>6</sup>. Na classe superior, as indicações são mais precisas: regularmente, imitação directa de Cícero sob a forma de carta, conforme os modelos enunciados; só uma vez por mês os alunos deveriam redigir um texto sozinhos, em composição original, sob orientação do professor.<sup>7</sup>

Até mesmo quando enuncia os pequenos exercícios que integravam a variedade das disputas (como por exemplo a versão para latim de pequenas expressões em vulgar) a *Ratio* assinala o modelo de perfeição ciceroniano: “demandar uns aos outros a tradução e transformação de expressões em vulgar, respeita[r] as regras de sintaxe e da imitação de Cícero.” (*Ratio*, XVIII, 10).

O grau de excelência formal exigida nas composições fica patente nos critérios de correcção atribuídos a cada mestre. Se os mestres das classes iniciais deviam apontar os erros de gramática, ortografia e pontuação (XX, 3 e XIX, 3), o mestre da classe superior apontava principalmente “se o aluno evitou as dificuldades, ou se descuidou a elegância, ou a imitação [de Cícero].” (XVIII, 3).

Em suma, o principal objectivo das primeiras classes de Gramática era o uso correcto da língua. A imitação de Cícero era a norma que devia orientar os mestres no juízo das composições escritas - que aliás os alunos entregariam sempre em segunda versão corrigida.

#### **4. Estudos de Humanidades e Retórica: conhecimento da língua, erudição e preceitos.**

Completado o curso de Gramática, a classe de Humanidades destinava-se, segundo a definição da *Ratio*, a “preparar o terreno para a eloquência [...]; o que se obtém por três meios: o conhecimento da língua, uma certa erudição e uma breve informação sobre os preceitos da retórica” (*Ratio*, XVII, 1).

---

6 *Ratio* XIX, 7: “O argumento do exercício (...) deve ter em conta a aplicação das regras da sintaxe e a imitação de Cícero. De vez em quando poder-se-á pedir aos alunos que escrevam também uma breve tradução de Cícero, ou a conjugação de um tempo grego, ou a declinação de um nome.”

7 *Ratio* XVIII, 6: “O argumento da composição, que será geralmente em forma de carta, deverá ser ditado em língua vulgar, palavra a palavra, e deverá ter em conta as regras da sintaxe e a imitação de Cícero. No entanto, uma vez por mês aproximadamente, quando os alunos já tiverem feito algum progresso, deverão redigir um texto sozinhos. Poderão fazê-lo em casa, em vez dos trabalhos diários, ou na aula, por ocasião da eleição das magistraturas [da classe]. Nessa altura o professor ter-lhes-á explicado previamente algum modelo de carta, bem como as cartas de Cícero que o representam, e ter-lhes-á ainda ditado alguns exemplos por ele mesmo compostos para o efeito.”

A enunciação destes três elementos na definição inicial do programa de Humanidades (conhecimento da língua, erudição e preceitos) ajuda-nos a compreender o verdadeiro alcance da concepção de Retórica. Para prosseguir no conhecimento da língua, não bastava o nível de correcção alcançado na Gramática. Faltava desenvolver de modo especial a ‘propriedade’ e a ‘abundância de vocabulário’ (a *proprietas* e a *copia*: *Ratio* XVII, 1). Em nome da *proprietas* e da *copia*, a *Ratio* aumenta exponencialmente o contacto com os autores:

“(…) nas lições diárias dar-se-á, de entre os oradores, exclusivamente Cícero - em regra, os livros que versam sobre filosofia moral; de entre os historiadores, dar-se-á César, Salústio, Tito-Lívio, Quinto Cúrcio e outros semelhantes; de entre os poetas, privilegiar-se-á Virgílio (...); além disso, dar-se-ão também algumas odes escolhidas de Horácio, bem como elegias, epigramas e outros poemas de poetas antigos célebres (...)”<sup>8</sup>

Fiel à tradição pedagógica do humanismo, o primeiro semestre de Humanidades não era mais do que o estudo intensivo dos Autores Clássicos, incluindo a Literatura, a Filosofia, a Historiografia e a Poesia, de acordo aliás, com o pensamento de Erasmo (*De ratione studii*) e de Luís Vives (*De tradendis disciplinis*).

O contacto intenso com os Autores Antigos, ainda que pagãos (nem um só moderno), implicava naturalmente um conjunto de explicações de conteúdo histórico essencialmente interdisciplinar, que recebia o nome de *erudição*, e se destinava a aumentar a cultura e estimular e recrear a inteligência.

#### **4.1 Importância da oratória**

No segundo semestre de Humanidades, ao conhecimento da língua e à erudição acrescentava-se então, pela primeira vez, a doutrina retórica (os preceitos). Por que meios? Pela mão do célebre *Manual* de Cipriano Soares (*De Arte Rhetorica Libri Tres*), mas, facto não menos importante, sempre lado a lado com os discursos de Cícero (“*Pro lege Manilia*, *Pro Archia*, *Pro Marcello* e todos os outros discursos pronunciados diante de César”).

---

8 Por razões de economia, excludo deste trabalho o estudo dos autores gregos, que não seriam menos importantes na formação do Orador, nomeadamente Isócrates, S. João Crisóstomo, S. Basílio, Platão, Sinésio, Plutarco, e os poetas Focílides, Teógnis, S. Gregório de Nazianzo.

Podemos assim afirmar que o segundo semestre da classe de Humanidades era exclusivamente reservado ao estudo da Oratória.

Antes ainda de chegar à classe de *Retórica* propriamente dita, para comentar um discurso, o mestre devia examinar como nele se aplicavam os preceitos da retórica (*Ratio*, XVII 5).

Para examinarmos o grau de precisão da *Ratio* no que respeita ao magistério da palavra, vale a pena recordar os exercícios atribuídos especificamente a esta classe, os *progymnasmata*: nos dias de pausa semanal (que só erroneamente podem ser entendidos como dias de folga), tinha início o estudo de algumas matérias do livro III de Cipriano Soares “sobre os tropos<sup>9</sup> ou as figuras, de modo especial sobre o ritmo e as cláusulas oratórias, para que os discípulos se familiarizem com estas questões desde o início do ano; ou então explicar-se-á e repetir-se-á alguma *chria* ou um *progymnasma*;” (*Ratio* XVII, 2)

*Progymnasma* era o nome dado aos exercícios elementares das escolas helenísticas de Retórica. Etimologicamente eram os ‘exercícios preparatórios’ do exercício por excelência que eram as declamações, ou seja, eram os exercícios elementares que um estudante de retórica praticava antes de se dedicar à composição de discursos completos (*declamationes*).

Manuais de *progymnasmata* (traduzidos de Hermógenes, Téon e Aftónio, ou compostos pelos humanistas europeus) codificavam esses exercícios de forma graduada, de modo que cada exercício fosse útil para uma determinada parte do discurso: a *fábula*, a *narração*, a *chreia* ou *chria*, a *sentença*, o *elogio* *vitupério*, a *comparação*, a *etopeia* e a *prosopopeia*, a *descrição*, exercitadas de forma individualizada, tornavam o estudante apto para a composição integral do discurso<sup>10</sup>.

Esses exercícios formais tornaram-se o elemento mais característico do ensino dos jesuítas nas classes iniciais. Alguns ganhavam maior visibilidade e eram afixados publicamente em dias de festa, premiando com a honra os seus autores. É notável a variedade de exercícios praticados: pequenos poemas, mas também pequenos trechos em prosa, como “inscrições para gravar em escudos [heráldicos], em templos, em sepulcros, em jardins ou em estátuas;

9 Tropos são todas as figuras que permitem usar as palavras em sentido diferente do habitual.

10 A *chreia*, do grego *chreiodes* (útil) é a história concisa de um pequeno episódio que atribui a alguém célebre um dito, uma sentença ou uma acção exemplar. Como a sua intenção é edificante, ela é também útil (*chreiodes*). Manual de *progymnasmata* de numerosos colégios de jesuítas foi o de Jacobus Pontanus (Spanmuller) S. J. (1542-1626) – *Progymnasmata latinitatis*, também editado em Lisboa, em 1597.

descrições de uma cidade, de um porto, de um exército; narrações dos feitos de algum santo; ou mesmo paradoxos.” (*Ratio* XVII, 10). A estas composições podiam acrescentar-se pinturas que correspondessem ao argumento da composição, dando assim origem aos tão apreciados ‘enigmas’ e ‘emblemas’ que celebravam a escrita em si mesma e desafiavam a curiosidade de todos.

#### 4.2 A classe de Retórica: *eloquentia perfecta*

##### A) *Vtilitas: Inuentio, dispositio, elocutio*

Dotado de todas estas competências, o aluno estava apto a frequentar a classe de Retórica propriamente dita, cujo programa, porém, a *Ratio* recusa definir, pelas razões que enuncia:

“O programa desta classe não pode ser determinado facilmente entre limites precisos. Ela forma o estudante para a eloquência perfeita, que compreende duas matérias fundamentais, a oratória e a poética (devendo-se dar sempre a primazia à oratória). A eloquência tem em vista não apenas a utilidade do discurso mas também a sua elegância.”

(*Ratio* XVI, 1)

A palavra-chave deste programa parece-me ser *eloquentia perfecta*. A *eloquentia perfecta* abarcava quer a oratória, quer a poética. No entanto, convictos da utilidade social da primeira para a sua missão, os Jesuítas declaram abertamente a primazia da oratória. A classe de Retórica procura acima de tudo estar ao serviço da utilidade da palavra, ainda que sem prejuízo da sua elegância: *nec utilitati solum servit<sup>11</sup>, sed etiam ornatui indulget*. O predicado do original latino é extremamente categórico: a eloquência está ao serviço da *utilitas*, como sua serva. Quanto à elegância, o verbo é *indulgere*, isto é, a eloquência não recusa a elegância; acolhe-a complacente.

Efectivamente, a noção de *utilitas*, omnipresente na *Ratio*, poderá explicar algumas tendências singulares da tradição retórica da Companhia de Jesus: não só o primado da oratória sobre a poética, como o primado da oralidade da palavra sobre a sua forma escrita – num momento em que a imprensa parecia desprestigiar a palavra falada – e ainda o primado do *mouere* sobre os restantes ofícios do orador (*docere, delectare*). Agir sobre a vontade, o

---

11 *Servire* significa ‘ser escravo de’, ‘estar ao serviço de alguém’; *indulgere* significa ‘mostrar indulgência ou complacência’, ‘tolerar’, ‘não recusar’.

desejo, o afecto e o intelecto dos ouvintes correspondia à primeira finalidade da retórica e preenchia a sua definição, segundo Cícero e segundo o próprio Cipriano Soares (*De Arte Rhetorica*, 1.1)<sup>12</sup>. A primazia dessa finalidade, por sua vez, arrastaria consigo uma nova valorização da *actio*, entre as clássicas cinco partes da Retórica.

“De modo geral, porém,” continua a *Ratio*, “pode-se dizer que [a Retórica] abrange três componentes principais: os preceitos de oratória, o estilo e a erudição.” Os preceitos seriam estudados a partir das obras retóricas de Cícero e de Aristóteles (“a Retórica e eventualmente a Poética”). Quanto ao estilo, insiste-se mais uma vez na imitação de Cícero (“ainda que se devam conhecer também os historiadores e os poetas mais importantes, deve-se ter em atenção quase exclusivamente o de Cícero”) cujos discursos eram objecto exclusivo das prelecções, “de modo a observar neles a aplicação dos preceitos da arte oratória”. A erudição colher-se-ia a partir da história, dos costumes dos povos, dos Autores e de toda a espécie de saber, sempre com um certo apelo à moderação, à medida da capacidade dos alunos.

Sendo inseparável da sabedoria, a especificidade da *eloquentia perfecta* era assegurada pelas prelecções do mestre (XVI, 6)<sup>13</sup>: uma prelecção sobre os preceitos, outra sobre os discursos. Se nos preceitos se podia recorrer a Aristóteles além de Cícero, quanto aos discursos escolher-se-ia apenas Cícero.<sup>14</sup>

---

12 *Officium et finis Rhetoricae: (...) Rhetoricae officium est dicere apposite ad persuasionem; finis persuadere dictione* (Soares 1562: 1.1)

13 “A prelecção desta classe é constituída por duas partes: uma será sobre a arte retórica e nela se explicam os preceitos; outra será sobre o estilo e nela se comentam discursos. Numa e noutra parte, porém, convém ter em conta dois aspectos: primeiro, que autores escolher para a prelecção; depois, que método adoptar no comentário. Quanto à primeira questão, já se disse o bastante na regra primeira [XVI.1]: escolher apenas Cícero no que se refere aos autores e recorrer também a Aristóteles (além de Cícero) no que se refere aos preceitos. Nunca omitir o discurso. A explicação dos preceitos da oratória deve prolongar-se durante o ano inteiro, porque é muito grande a sua força. Isso não impede, porém, que, mais para o fim do ano, onde for costume, em lugar de Cícero se leia outro autor que contenha maior erudição ou variedade. Por vezes, poder-se-á mesmo intercalar a prelecção dos preceitos e dos discursos com alguma prelecção de poesia.”

14 Na *Ratio XVI, 7* descreve-se o modo como devem ser feitos os comentários aos preceitos oratórios: “primeiro deve-se esclarecer o sentido do preceito e confrontar a opinião dos diferentes comentadores, se ela for algo difícil, ou se não houver consenso entre eles; em segundo lugar, devem-se citar outros autores de retórica que ensinem o mesmo preceito, ou o mesmo autor se ele o ensina noutra parte da sua obra; em terceiro lugar, deve-se reflectir sobre a razão de ser daquele preceito; em quarto lugar apresentar-se-ão alguns textos semelhantes,

Outra forma de examinar o grau de exigência no ensino da Retórica é também examinar os exercícios exigidos aos discípulos. Além da simples *imitação* de alguma passagem de um poeta, ou de um orador, seguia-se a tradicional

“*descrição de um jardim, de uma igreja, de uma tempestade, ou algo semelhante; exprimir uma mesma frase de várias maneiras; (...) passar para prosa os versos de um poeta latino ou grego; transpor um género de poesia para outro; compor epigramas, inscrições e epitáfios; recolher sentenças latinas e gregas de bons oradores e poetas; adaptar figuras retóricas a determinados assuntos; recolher (...) abundância de argumentos para determinados assuntos; e outros exercícios deste género.*” (*Ratio*, XVI, 5)

Para as disputas sugeriam-se ainda outros deveres, como

“*(...) distinguir figuras [de retórica] e criar [novas]; enunciar os preceitos de retórica para as cartas, os poemas e a história, e fazer a sua aplicação; expor trechos mais difíceis dos autores e esclarecer as dificuldades; fazer investigação sobre os costumes dos antigos e sobre matérias de erudição; interpretar hieroglifos, símbolos pitagóricos, apoftegmas, adágios, emblemas ou enigmas<sup>15</sup>; fazer declamações, ou outros exercícios semelhantes, ao critério do professor.*” (*Ratio* XVI, 12).

Estes exercícios configuram naturalmente a dimensão da retórica enquanto técnica, ou enquanto arte, mas, sempre aliados à chamada erudição, eles obedecem antes de mais à noção de *eloquentia perfecta*, razão pela qual os exercícios de maior relevo são precisamente as declamações<sup>16</sup>. As declamações estavam para a classe de Retórica como os *progymasmata*

---

de oradores e de poetas célebres, que exemplifiquem a aplicação daquele preceito; em quinto lugar, acrescentar-se-á alguma questão de erudição ou de história, se vier a propósito; por fim, exemplifique-se ainda como o preceito em causa se pode adequar aos nossos assuntos actuais, usando para isso, o mais possível, de grande finura e elegância lexical.”

15 Os ‘emblemas’ eram exercícios retóricos sobre um símbolo (vd. XII. 3). ‘Hieroglifos’ eram figuras de animais que simbolizavam conceitos. ‘Símbolos pitagóricos’ eram alegorias em forma de máximas; ‘apoftegmas’ eram pequenas narrativas que encerravam com uma frase concisa, de conteúdo sentencioso; os ‘enigmas’ implicavam jogos de linguagem centrados na forma, que transmitiam uma ideia de modo obscuro.

16 Nas escolas helenísticas de retórica, as declamações correspondiam a um género oratório bem determinado, sob a forma de *suasoriae* (deliberação sobre um dilema de natureza ética) ou *controversiae* (debate sobre um caso legal). Numa e noutra situação o estudante podia ser convidado a desenvolver a sua argumentação *in utrumque partes*.

para a classe de Humanidades, visto que só a declamação permitia estudar o discurso em todos os aspectos da sua realização. A declamação era a contrapartida experimental da leitura metódica dos discursos, que o mestre expunha nas prelecções. Se o mestre comentava os discursos e expunha os preceitos, o aluno devia por em prática esse saber. Para isso, recebia do mestre um breve argumento, “que incluía todas as partes do discurso, os lugares comuns para a confirmação e a amplificação, principais figuras a empregar, e eventualmente, alguns trechos de bons autores a imitar.” (*Ratio*, XVI, 9).

Por sua vez, ao corrigir os trabalhos escritos, o mestre devia indicar os erros cometidos em matéria de arte oratória ou de poética, as faltas de elegância e requinte de linguagem, de articulação do discurso, de cadência rítmica, de ortografia e quaisquer outros erros; indicava também se alguma passagem se achava incorrecta ou obscura, ou em estilo menos elevado; se respeitava ou não um mínimo de ornamentação; se existia alguma digressão demasiado longa, etc. (*Ratio* XVI, 4).

### ***B) Memoria e actio***

O grau de detalhe de todas estas prescrições, aparentemente excessivas, destinava-se a obter a *eloquentia perfecta*: *perfecta* não tanto por aperfeiçoar a técnica, mas *perfecta* porque *plena*, *perfecta* porque alcançada na sua inteireza. Na verdade, se a leitura e comentário dos discursos da *prelectio*, bem como a composição e correcção dos trabalhos escritos, permitiam agir em simultâneo com as três primeiras partes clássicas do discurso, *inuentio*, *dispositio* e *elocutio*<sup>17</sup>, a *eloquentia* só seria *perfecta* num ensino que atendesse também às outras duas partes da Retórica: à *memoria* e à *actio*, ambas em declínio desde o séc. I d.C, quando a Retórica se foi identificando com literatura e perdendo a sua dimensão oral. Além disso, *memoria* e *actio* pertenciam mais ao plano da experimentação individual do que dos preceitos teóricos. Por isso tinham ao seu serviço não as prelecções do mestre mas um conjunto de actividades práticas que tinham em comum os laços com o drama: declamações (privadas e públicas) e verdadeiras representações. Quinzenalmente, declamações privadas, no seio da própria classe; mensalmente, um discurso mais solene, ou então uma *declamatoria actio* (a representação de uma declamação) na Aula Magna ou na Igreja

---

17 Ao fazer o comentário aos discursos, o mestre sabia que devia examinar cada uma destas partes, assim mesmo enunciadas (*Ratio* XVI, 8).

(*Ratio* XVI, 16 e 17). Entre os argumentos da composição, o mestre de Retórica tinha mesmo o dever de propôr também uma acção dramática, ou um diálogo, destinados a ser representados em classe (XVI, 19).

Esta era a verdadeira razão das declamações e das representações privadas: o treino individual da *memoria* e da *actio* de cada aluno, sob a orientação do mestre, de modo que o *orador* exercitasse o mais possível a sua indissociável condição de *actor*. Era aliás uma recomendação extensiva a todos os mestres das classes de Gramática e de Humanidades: “esforce-se ainda o professor para que os alunos treinem também a voz, o gesto e toda a sua actuação com a maior dignidade.” *Ratio* XV, 32<sup>18</sup>.

Leitura e análise dos discursos, imitação dos modelos e exercícios de composição individual (desde os *progymnasmata* aos discursos completos) satisfaziam a pedagogia diária da *inuentio*, da *dispositio* e da *elocutio*. A pedagogia da *memoria* e da *actio* cabia às declamações e às representações: quinzenais, mensais e nos momentos mais altos da vida do colégio - quando os oradores/actores podiam tirar maior proveito da sua actuação. Uma e outra completavam a pedagogia da *eloquentia perfecta* anunciada na Regra 1 para os professores de Retórica.

### c) *De Arte Rhetorica Libri Tres*, de Cipriano Soares

São numerosos os passos em que a *Ratio* propõe exercícios de memória e alude à necessidade de cultivar essa faculdade humana, sob diversas modalidades. Já é menos visível o pensamento teórico da *Ratio* sobre a *actio*, mas podemos conhecê-lo no Manual de Retórica que a *Ratio* adoptou de modo universal nos colégios.

Embora a *actio* tenha recebido sempre menos atenção na tradição retórica, e a tendência contemporânea de C. Soares manifeste um interesse mais escasso pela dimensão cénica da Retórica, o autor trata a *actio* com alguma extensão (de acordo com a sua fidelidade aos clássicos). Chama-lhe *pronuntiatio*, como Quintiliano, mas ao contrário daquele, para quem a

---

18 ...ut vocem, gestus et actionem omnem discipuli cum dignitate moderentur. O êxito destas práticas dramáticas foi tão grande que os professores de Humanidades e Retórica passaram a compor as suas próprias tragédias e comédias, para serem representadas nas festas do colégio, com grande solenidade, vindo estas a desempenhar um papel de relevo na história da educação da Companhia de Jesus. As palavras de moderação e até de proibição que a *Ratio* consagra a este teatro (entre as “Regras para o Reitor”, II, 13), mais não exprimem do que a verdadeira paixão que as representações dramáticas despertavam nos colégios e na sociedade.

*pronuntiatio* e a *memoria* faziam parte da *elocutio*, no manual do jesuíta elas são tratadas separadamente, distinguindo assim cinco partes da Retórica. Cipriano Soares insiste na necessidade de integrar cada uma dessas ‘partes’ distintas nos *offícios (opera)* do orador, sem dissociar nenhuma: *inuenire, disponere, eloqui, memoria complecti et pronuntiare - opera sunt oratoribus*.

Para C. Soares, a *pronuntiatio* “é o governo da voz e do corpo de acordo com a importância da matéria e das palavras” (*ex rerum et uerborum dignitate corporis et uocis moderatio*). Não é portanto um código de técnicas de entoação, desarticuladas entre si. Elas dependem da *inuentio* e da *elocutio*.

A sua doutrina sobre a *actio* é tributária de Cícero e de Quintiliano, mas há no manual jesuítico um propósito claro de exaltar aquela parte da Retórica, (cap. 56 do livro III *De pronuntiatione et eius utilitate*), pelo muito poder que ela detém sobre a eficácia da persuasão. É tão grande a sua importância que sem ela, o melhor orador nada pode; com ela, um orador medíocre pode mesmo ultrapassar os melhores. Aqueles que não sabem falar vêm muitas vezes a sua eloquência recompensada graças à dignidade da sua actuação. E os oradores mais hábeis são por vezes desqualificados por causa de uma actuação deficiente<sup>19</sup>. É que “a *actio* é como que a eloquência do corpo” (*Actio est quasi corporis quaedam eloquentia*). O corpo comunica pela voz e pelo gesto, continua C. Soares; a voz dirige-se aos ouvidos; o gesto, aos olhos dos ouvintes; e é precisamente por esses sentidos que todas as paixões penetram na alma (cap. 56).

*Animus maxime uoce mouetur*. É a voz que move os estados de alma. Por isso, as inflexões da voz devem corresponder à moção das paixões que o orador pretende despertar nos ouvintes. Quem estudou pelos *De Arte Rhetorica Libri* aprendeu ali quais as características da voz impostas pela ira e pela compaixão, pelo medo e pela alegria, pela veemência e pela indignação. Esse era o papel do mestre de Retórica nos exercícios práticos de representação.

Quanto ao gesto, os preceitos de C. Soares resumem-se a afirmar que eles deviam estar de acordo com a voz, e evitar todo o excesso. O maior poder da *actio* obtém-se pelo “rosto, que é a imagem da alma, e pelos olhos, que são os seus intérpretes. São os olhos, a única parte do nosso corpo capaz de comunicar tantos significados quantos os nossos estados de alma”(cap.

---

19 A autoridade invocada nesta matéria é Demóstenes: quando perguntaram ao orador grego o que era mais importante na arte oratória, ele teria dado à *actio* não apenas o primeiro lugar mas também o segundo e o terceiro.

57). E conclui, citando a máxima de Cícero (*De Orat.* 3. 222): *est enim actio quasi sermo corporis, quo magis menti congruens esse debet* – “por ser a *actio* como que o discurso do próprio corpo, tanto mais ela deve estar em plena harmonia com o pensamento”.

A lição que os futuros oradores recebiam sobre a *actio* não se limitava a codificar um conjunto previsível de tons e gestos típicos da persuasão romana. Era suficientemente universal para estar atenta, por exemplo, aos efeitos da comunicação entre o europeu e o gentio, como na situação que nos descreveu o Padre Manuel da Nóbrega numa das suas cartas<sup>20</sup>. Este missionário descobrira a vantagem prática de abraçar alguns costumes dos gentios que não eram contra a fé, como por exemplo a actuação numa pregação: “pregar-lhes a seu modo, em certo tom, andando e passeando e batendo nos peitos, como eles fazem quando querem persuadir alguma coisa e dizê-la com muita eficácia”. A estratégia era a mesma que adoptava outro padre, conhecido pela facilidade que possuía em comunicar com os índios, João Azpilcueta Navarro (Simão de Vasconcelos, 1977 [1663] I: 221) “Começava a despejar a torrente da sua eloquência, levantando a voz e pregando-lhes os mistérios da fé, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras e espantos costumados entre seus pregadores, pera mais os agradar e persuadir”.

Entre gentios, Manuel da Nóbrega e João Azpilcueta Navarro não só tinham consciência aguda da utilidade da *actio* para o desígnio comum da persuasão como ainda sabiam tirar proveito universal da *doctrina* a seu respeito.

## Conclusões

Se a tradição manifestava menor interesse pela *actio* enquanto parte da Retórica, o interesse pelo discurso falado era uma característica da oratória eclesiástica, nomeadamente do humanismo jesuítico. Na Companhia de Jesus, esse interesse havia de culminar com a obra do P. Louis de Cressolles, S. I., *Vacationes Autumnales, siue de perfecta oratoris actione et pronuntiatione libri III*, publicada em Paris, em 1620<sup>21</sup>, mas encontrava o seu paralelo em outras retóricas eclesiásticas, como Garcia Matamoros, *De methodo concio-*

---

20 Carta a Simão Rodrigues, 17 de setembro de 1552, *Monumenta Brasiliae* (1968): 407-408.

21 Sobre a obra deste jesuíta, acerca de uma retórica eclesiástica específica, e sobre a sua doutrina da *actio rhetorica* Cf. FUMAROLI (1997): 299-325.

*nandi*, 1570; Luís de Granada, *Ecclesiastica Rhetorica*, 1576; Diego Valdés, *Rhetorica Christiana*, 1579, etc. (Manuel López-Muñoz, 2002: 711-722).

Na escola jesuítica, a redescoberta da *actio* resulta de uma clara noção de utilidade social da retórica, ou do seu poder e eficácia. Essa utilidade é detalhadamente descrita no capítulo 2 do Livro I de Cipriano Soares, sob o título *De utilitate dignitateque Rhetoricae*, onde o poder da eloquência é visto como o fundamento da sua própria dignidade.

*Quid enim aut (...) tam potens tamque magnificum quam hominum animos unius oratione converti? (...) Oratoris est dando consilio de maximis rebus cum dignitate explicata sententia, eiusdem et languentis populi incitatio et effrenati moderatio. Eadem facultate, fraus hominum ad perniciem, et integritas ad salutem uocatur. Quis cohortari ad uirtutem ardentius? Quis a uitii acrius reuocare? Quis uituperare improbos asperius? Quis laudare bonos ornatus? Quis cupiditatem uehementius frangere acusando potest? quis moerorem leuare mitius consolando?*

Para um pregador formado pelos jesuítas, os deveres mais nobres do orador consistiam em converter um homem por meio da palavra; dar conselho em matérias de relevância; agir sobre as multidões (incitar uma multidão apática ou conter os ânimos de uma multidão tumultuosa); levar a maldade à perdição e o bem ao seu esplendor; exortar à virtude; corrigir os vícios; vituperar os injustos e louvar os justos; vencer a ganância e dar conforto a quem sofre. Da perfeição do orador dependia o bem-estar dos indivíduos e da sociedade (da *respublica*). Para o autor dos *De Arte Rhetorica Libri Tres*, o poder da eloquência era tão grande que devia ser ministrado com toda a prudência, lado a lado com a virtude. “Se déssemos a eloquência a pessoas sem virtude não estaríamos a formar oradores, mas antes a fornecer armas a loucos”, escrevia C. Soares (1562: I,2) sublinhando mais uma vez o carácter instrumental da retórica, como arma.

A formação retórica do orador cristão formado pelos Jesuítas correspondia portanto à retórica pagã cristianizada, e focada essencialmente na *utilitas*, na eficácia da persuasão. Quer os escritos doutrinários quer a produção retórica dos jesuítas testemunham efectivamente uma retórica consciente da sua elevada relevância para a vida pública; não uma retórica acantonada na teorização académica, nem transformada em normas de argumentação escolar ou de teoria literária restrita. Essa retórica, progressivamente científica e ‘literaturizada’ viria efectivamente a libertar-se da servidão da *utilitas*, mas também a destituir-se da relevância pública que a definira. Esvaziada dos seus propósitos e intenções, a retórica viria a esvaziar-se também do seu relevo social.

Pelo contrário, a retórica das escolas jesuíticas era duplamente concebida como teoria e como *praxis*, como ciência e como técnica, como doutrina sobre eloquência e como exercício de oratória. A *Ratio Studiorum* designava-a *eloquentia perfecta*.

O ensino preconizado pela *Ratio* era um ensino não utilitário, não profissionalizante, nem especializado. O seu objectivo era antes o de treinar faculdades pessoais, ligadas ao pensamento, ao afecto e ao intelecto, à imaginação, à memória, ao desejo e à vontade. Para esse treino integral, um dos meios mais importantes que os jesuítas elegeram foi o estudo dos clássicos e das humanidades, dos *studia humanística* e da retórica em particular.

Se a *Ratio* é fruto de uma época em que, como hoje, foi necessário resgatar os estudos literários e humanísticos da condição minorizante a que estavam sujeitos, não há dúvida de que o seu ensino contribuiu decisivamente para a construção da relevância social e institucional daqueles saberes. Não podemos falar dos Colégios da Companhia de Jesus sem falar do número dos grandes homens também formados pela *Ratio* jesuítica, que se distinguiram em todas as partes do mundo e nos mais variados campos das ciências e da arte. Todos eles foram nossos mestres: os poetas e dramaturgos Pedro Calderón de la Barca, Torquato Tasso, Molière, Carlos Goldoni, Pierre Corneille; os oradores sacros Bossuet e António Vieira; mas também investigadores e sábios como Galileu Galilei; o filósofo e físico Descartes, homens de estado, como o Cardeal Richelieu; o polígrafo e filósofo racionalista Voltaire; dignitários da Igreja como o Papa Bento XIV, conhecido pela sua erudição superior; e muitos mais, no campo da música, da filosofia.

Ainda que seja inútil buscar para o século XXI qualquer projecto de educação de tipo revivalista, não deixa de ser proveitoso trazer ao debate sobre educação um momento da história do ensino que marcou muitas gerações de homens e produziu frutos incontestáveis de cultura e de humanismo, de ciência política e de civismo.

## Bibliografia

- [*Constituições*] = *Constituições da Companhia de Jesus. Normas Complementares*.  
Cúria Geral da Companhia de Jesus, Lisboa, Livraria A. I. - Braga, 1997, pp.  
93-94 Original latino: *Constitutiones Societatis Iesu cum earum declarationibus*.  
Romae, in Collegio eiusdem societatis, 1583, Pars III [=*Constitutiones*].
- [*Ratio*] = Miranda, Margarida (ed.) (2009), *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus - Regime escolar e Curriculum de estudos*.

- Edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida Miranda. «*Ratio Studiorum*, um modelo pedagógico» por José Manuel Martins Lopes S.J., Lisboa, Esfera do Caos.
- Anchieta, José (1933), *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões do Padre Josph de Anchieta S. J. (1554-1594)*, Afranio Peixoto (ed.) e notas de A. de Alcantara Machado. Rio de Janeiro, Academia Brasileira, <http://pt.scribd.com/doc/34894977/Jose-de-Anchieta-Cartas-1554-1594>
- Ferreira, Francisco Leitão (1944), *Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra*. Vol. III, Tomo I (1548-1551). Coimbra, Universidade.
- Fumaroli, Marc (1994), *L'Âge de l'éloquence*, Paris, Albin Michel.
- Leite S.J., Serafim (2004), *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos I a IX. São Paulo, Edições Loyola.
- López-Muñoz, Manuel (2002) “La actio en la retorica eclesiástica neolatina” in José María Maestre Maestre, Joaquín Pascual Barea, Luis Charlo Brea (Ed.), *Humanismo y pervivencia del mundo clásico: Homenaje al profesor Antonio Fontán*, Volume 2 , Alcañiz - Madrid, 2002, 711-722.
- Lukács S.I., Ladislaus ed. (1965), *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, Vol. I 1540-1556, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu.
- Miranda, Margarida (2007), “A *Ratio Studiorum* ou a institucionalização dos Estudos Humanísticos” *Biblos* n.s. 5: 109-129.
- Miranda, Margarida (2009), “*Sequendus Aristoteles*. Da ciência e da natureza na *Ratio Studiorum* (1599)” *Humanitas* 61: 179-190
- Monumenta Brasiliae* (1968) vol. I, Roma, IHSI
- O'Malley, John (2003), *The first Jesuits*. Harvard University Press.
- Silva, V. Aguiar e (2010), *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra, Almedina.
- Vasconcelos, Simão de (1977), *Crónica da Companhia de Jesus*. 2 vols. Petrópolis, Vozes, [1663].